

Pensando a educação a partir da coletividade quilombola: aspectos observados durante as inserções etnográficas.

CUNHA, Deise Teresinha Radmann¹

HAERTER, Leandro²

ALMEIDA, André Gomes de³

NUNES, Georgina Helena Lima⁴

Resumo: Este trabalho surge a partir das inserções etnográficas realizadas no projeto de extensão “Cultura, Terra e Resistência: matrizes por onde construir materiais didáticos para Comunidades Quilombolas”, financiado pelo MEC/SECAD e posto em prática pela Faculdade de Educação – FaE/UFPel, que visa a produção de um livro e de um DVD didáticos cujo objetivo é orientado pelas Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico Raciais, buscando a implementação da Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. O trabalho etnográfico envolve 11 comunidades quilombolas de dois municípios da Região Sul do Rio Grande do Sul. São elas: Armada, Cerro das Velhas, Iguatemi, Favila, Manoel do Rego, Potreiro Grande, Maçambique, Passo do Lourenço e Estância da Figueira localizadas no município de Canguçu; e Fazenda Cachoeira e Rincão do Quilombo localizadas no município de Piratini. Nesta oportunidade discutimos alguns aspectos ligados à educação, problemática bastante presente para o coletivo de pesquisadores envolvido nas inserções etnográficas juntos às mencionadas comunidades. Para a realização da pesquisa foi utilizado o método etnográfico, priorizando a observação participante, entrevistas abertas e o uso de diário de campo, assim como de registros imagéticos, de áudio e de vídeo, tendo em vista as riquezas das narrativas permeadas por memórias que são coletivas. Durante a realização das entrevistas foi possível perceber a forma como cada comunidade se relaciona com a Educação, a visão das crianças e dos adolescentes sobre a Escola que os “(de)forma”, uma vez que avistam neste lugar um ambiente onde perdem a liberdade, ficam “amarrados” a cadeiras enfileiradas. Os currículos estão desvinculados de sua realidade, das necessidades, dos valores e dos interesses destes sujeitos, o que impede que o aprendizado se transforme em instrumento significativo de desenvolvimento. Além disso, as escolas estão frequentemente distantes da realidade dos alunos quilombolas e os professores, em sua maioria, não possuem a formação adequada para trabalhar com estes coletivos em sala de aula. Nessa perspectiva, é necessário pensar estratégias para que estes alunos interajam com os demais sem terem uma educação estigmatizada, mas que valorizem as tradições culturais quilombolas desde a infância para que se torne possível ajudar as futuras gerações a compreenderem sua identidade étnica e aprenderem a dialogar com as relações sociais nas quais estão inseridos. É preciso também que estes realizem suas leituras de mundo, conforme nos diz Freire, tomando esta orientação como ponto de partida para a construção do seu processo de aprendizagem e assim buscando a exposição da realidade por eles mesmos. Muito provavelmente, a percepção de que os quilombos sempre viveram junto à natureza e que a cultura e a tradição oral ensinada e aprendida de forma coletiva constitui fortes indicativos de como proceder no trabalho uma vez que, conforme costumam relatar os integrantes das comunidades: “O quilombo sempre plantou e sempre viveu junto à natureza”.

Palavras-chave: Educação quilombola, memória coletiva, escola, tradições culturais.

1 Bolsista no Projeto de Extensão: “Cultura, Terra e Resistência: matrizes por onde construir materiais didáticos para Comunidades Quilombolas”, Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia – FaE/UFPel. Apresentadora do trabalho cunha.deise@gmail.com

2 Colaborador no Projeto. Mestre em Ciências Sociais – ISP/UFPel.

3 Bolsista no Projeto. Graduando de Licenciatura em História – ICH/UFPel.

4 Coordenadora no Projeto. Professora adjunta da Faculdade de Educação – FaE/UFPel. Doutora em Educação/UFRGS. Orientadora do presente trabalho. geohelena@yahoo.com.br

Introdução

Sabemos que, atualmente o conceito de quilombo difere daquele utilizado pelo Conselho Ultramarino nos idos de 1700. Hoje, esses grupos são vistos e identificados pela sua resistência através das diversas formas de manifestação cultural. A questão da territorialidade e da identidade étnica encontra-se também presente e torna-se peça chave para a construção da identidade destes povos. Nas palavras de O'Dwyer (2002):

[...] Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea [...] consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio [...] (O'DWYER, 2002, p.18).

Cada comunidade negra rural possui características específicas mas, o mais importante é lembrar que nessas terras de uso comum, esses grupos normalmente relembram a conquista de seus fundadores, vivem a solidariedade nas relações com a comunidade, tiram seu sustento da terra e continuam a passar aos mais jovens as tradições culturais herdadas.

Encontram-se registrado na Fundação Cultural Palmares em torno de 1.408 comunidades localizadas nas mais diversas regiões brasileiras. No Rio Grande do Sul estão localizadas mais de 130 comunidades e o Projeto trabalha especificamente com onze delas localizadas nos municípios de Canguçu e Piratini. Em Canguçu trabalha-se com Manoel do Rego, Maçambique, Favila, Iguatemi, Armada, Cerro das Velhas, Potreiro Grande, Passo do Lourenço, Estância da Figueira e em Piratini com Fazenda Cachoeira e Rincão do Quilombo. Todas as comunidades citadas possuem a certidão de autodefinição expedida pela Fundação Cultural Palmares. Estima-se que exista em todo o país cerca de 900 mil crianças quilombolas até 17 anos.

Segundo dados da Unicef, o número de escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombo cresceu 94% entre os anos de 2005-2006. Mas, em 2007 verificou-se uma redução de cerca de 30 unidades. As causas dessa redução normalmente são por deficiência de infraestrutura e a baixa qualidade do ensino oferecido, além do difícil acesso tanto pelos alunos como pelos professores.

Nos últimos anos, muito tem-se falado da formulação de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas, porém nenhuma delas refere-se especificamente a crianças quilombolas, uma vez que estas possuem necessidades que precisam serem levadas em conta na hora de se definir tais ações.

Acredita-se que processos educativos devem fazer com que princípios de mundo africanos recriados nas diásporas, principalmente em quilombos, possam ser ensinamentos a sociedades cada vez mais individualistas. Garantir a educação nesses territórios onde vive esta parcela significativa da população brasileira, respeitando suas histórias e suas práticas culturais é pressuposto fundamental não apenas por um princípio político pedagógico, mas também por determinações legais presentes, por exemplo, na Constituição Brasileira, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e outros.

Metodologia

O trabalho é desenvolvido através de perspectivas investigativas empíricas e teóricas. O empírico é buscado de duas formas: por meio de inserções de natureza etnográfica⁵ nas

5 O ponto de partida desse método é a interação entre o pesquisador e seus objetos de estudo.

comunidades quilombolas dos municípios de Piratini e de Canguçu para coleta de dados onde se faz necessário “situar seus sujeitos em um contexto histórico e social. É só ao completar esse movimento interpretativo, indo do particular ao geral, que o pesquisador cria um relato etnográfico” (FONSECA, 1998, p.67). Este trabalho iniciou com visitas de reconhecimento e a partir destas foram retirados dados preliminares registrados em diários de campo, que serviram de orientação para as idas subsequentes; de cada inserção resultaram informações registradas sob a forma de vídeos e fotografias que foram significativos para o levantamento de aspectos comuns e diferenciados em cada comunidade.

Conforme GEERTZ (1989, p.15):

[...] praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: o risco elaborado para uma “descrição densa” [...] (p.15).

Dessa forma, as inserções etnográficas procuraram “dialogar” com os nativos e empreender uma escrita em segunda mão (GEERTZ, 1989), priorizando observações, entrevistas abertas, manutenção de um diário de campo e as interações com as pessoas. O método etnográfico é interpretativo, valoriza o empírico e os significados atribuídos pelas pessoas a determinados eventos.

Paralelamente ao trabalho de campo, ocorreram Seminário de formação para os professores da rede municipal contando também com a participação de integrantes das comunidades quilombolas. Os seminários desenvolveram as seguintes temáticas: “História da África, do Brasil e a formação de quilombos”; “A terra e práticas de manusear a vida” e “Artes negras de fazer, que geram o resistente e inovador saber”. Cada etapa do Seminário contou com um público em torno de 90 pessoas formado pelos membros das comunidades, alunos/as, educadores/as e intelectuais que investigam os assuntos propostos. Ao todo foram 25 inserções etnográficas, resultando em um amplo material empírico que está sendo organizado de modo que a produção do livro didático e do DVD contemple uma perspectiva de ensino e aprendizagem nos Anos Finais do Ensino Fundamental de cunho interdisciplinar e que tenha como parâmetro a emergência de um processo educativo que abarque a especificidade cultural quilombola e a educação das relações étnico-raciais no cotidiano escolar.

O trabalho torna-se teórico a partir do momento que se organizam as categorias emergentes e a partir destas, se investe no aprofundamento acerca de temas tais como: a expropriação da terra, a saúde da população negra, a organização trabalho agrícola, a religiosidade, a corporeidade negra, relações de gênero, crenças e mitos, plantas medicinais, meios de produção quilombola, educação formal e informal, entre outros.

Discussões

Conforme afirma Poirier: “dar a atenção aos grupos vulneráveis é fundamental para garantir a universalização do acesso a educação e isso não deve ser feito de uma maneira isolada que possa estigmatizar os grupos, mas fazer parte de uma política geral para todos.”(Correio Brasiliense, 10/06/2009)

Durante as visitas de cunho etnográfico, mantivemos contato com muitas pessoas das comunidades, normalmente lideranças mas, também, crianças e jovens, onde cada um dava seu relato de vida e sua visão sobre a educação e a escola. Alguns se manifestaram inclusive através de desenhos e também redações além das entrevistas registradas sob a forma de vídeo e com as devidas autorizações de seus pais sobre o uso das imagens. O que mais nos chamou a atenção é que eles tratavam a educação como algo distante de suas realidades, uma vez que na escola “perdem” sua

identidade e se tornam mais um “dentro do vidro”⁶.

Pode-se dizer que isso começa pelo fato de poucas comunidades possuírem escolas de Ensino Fundamental localizadas em suas imediações. Das comunidades visitadas, apenas uma possuía escola dentro de seus limites, não sendo especificamente quilombola mas atendendo toda a localidade em que se encontra – trata-se da Comunidade de Armada, 5º distrito do município de Canguçu/RS. Nas demais comunidades, algumas ficam perto, outras mais distantes, e em alguns casos, como da Comunidade de Fazenda Cachoeira, interior do município de Piratini/RS, as crianças se deslocam até a escola através do transporte escolar, mas somente de terça a quinta em período integral, nos outros dias, quando as aulas acontecem em um único turno, é considerado “desperdício” apanhá-los, uma vez que a comunidade é muito distante da escola.

Outro fato relatado pelos jovens e crianças é que a forma estigmatizada como são vistos dentro da escola, os leva a se afastarem cada vez mais deste espaço. Os relatos de Cristiane e Sandra da Comunidade de Iguatemi, interior do município de Canguçu/RS nos mostra bem isso:

“Na escola, eles não mostram como é a África, sempre dizem que lá não tem comida, que as pessoas passam necessidades, quando falam em negro, todos da sala olham para nós e outro colega que também é negro na sala. Tudo que acontece de ruim é culpa dos negros.”

Também é possível que esse distanciamento, conforme outros relatos, seja porque a escola mantém os corpos por um período muito longo de tempo presos, parados. Esse processo não pertence à cultura quilombola, os corpos precisam ser livres, historicamente, as crianças sempre eram acostumadas a acompanhar seus pais no labor cotidiano na casa grande ou no eito, repetindo em suas brincadeiras estes afazeres. (Freyre apud Guerra, 2009)

O africano considera seu corpo sempre globalmente. Cada gesto é vivido como simples elemento de uma expressão humana, complexa que recorre ao mesmo tempo à palavra, a memória, a tradição, nos sentidos, as reações viscerais. Assim, o gesto é sempre de grande significação. (Silva apud Fernandes, 2009, p. 29)

Com tantas opções, a escola pode valer-se desses conhecimentos tradicionais das comunidades e explorá-los em todas as áreas, deixar que os corpos se situem em um ambiente que já estão acostumados, permitindo uma estada mais agradável e uma forma de construção mais apropriada do saber. Assim, quando ensinam a história da população negra, enfatizam somente a história da escravidão, porque não mostram valores positivos, a influencia cultural para a sociedade que este povo trouxe na linguagem, na dança, na religião, na música, na culinária. Os saberes tradicionais, passados de forma oral, atravessam os séculos e permanecem vivos, tornando-se um aprendizado para esses jovens e adolescentes. E a escola, como desencadeadora, explorando todos estes saberes, estaria aproximando estes sujeitos aos seus espaços.

Trabalhar o conhecimento que os quilombolas possuem acerca da lavoura, da distância entre uma cova e outra, um canteiro e outro no ensino de uma maneira prática da Matemática, onde estes participariam de forma efetiva e prazerosa das aulas. Ou valer-se do conhecimento das ervas medicinais, das receitas pra fazer sabão, de como localizar fontes d'água nas aulas de Ciências. De todo um relacionamento com o espaço e com o tempo nas aulas de História e Geografia. As danças e a música na Educação Artística como também na Educação Física. A linguagem, a forma de se expressar nas aulas de Língua Portuguesa. Essas são apenas algumas sugestões possíveis, para retirar os educandos do espaço restrito da sala de aula, e deixá-lo em contato com aquilo que mais estão acostumados, com a Natureza. Quilombo e Natureza sempre andaram juntos, porque nesta altura da situação querer separá-los. Nós como professores devemos e podemos aproveitar esse recurso inesgotável a nosso favor, mostrando outras possibilidades.

Estamos a mais de 500 anos distantes da escravatura, mas suas marcas ainda não se

6 Expressão utilizada por Ruth Rocha no Livro “Este admirável mundo louco” ao referir-se a escola.

apagaram da nossa história. É papel da escola mudar este fato, começando por eliminar a exclusão, uma vez que a criança ao vivenciar esse cotidiano de desigualdade, tem uma visão de que negros e brancos ocupam lugares diferentes na sociedade. Não podemos permitir que esse estereótipo trabalhe negativamente na vida das crianças. A educação deve cumprir o papel de garantir a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade, lutando contra o impacto do racismo na infância. Conforme nos diz Soares (2008):

O Quilombo pode ser entendido como o lugar que guarda fragmentos da história e das tradições culturais do povo negro, porém esta história pode ser negada pelos próprios sujeitos que habitam esse espaço. Assim, como o Quilombo tem sua história talvez única na História, a Escola também se encarrega de construir uma história na vida de cada sujeito negro e quilombola que ali passa. (p. 62)

Não podemos nos esquecer da influência do corpo no aprendizado, um vez que “o corpo estabelece com as coisas que o constituem seu espaço, um campo de presença, uma relação mágica de intimidade.”(Gonçalves apud Surdi, 1999, p. 91). O povo negro sempre valorizou seu corpo, sempre o viu como um templo, a dança está presente em todas as atividades cotidianas do homem e da mulher africana, desde as atividades de trabalho, até as atividades sociais, do nascimento, aos ritos de passagem e até mesmo na morte. A escola não pode simplesmente delimitar um espaço para que esses corpos permaneçam estáticos por um período demasiadamente longo neste ponto de vista.

Conclusões

Estratégias não nos faltam para incorporarmos os presentes fatores no currículo da Educação Básica, levando-se em conta toda a conjuntura do contexto histórico. A proposta da introdução de novos métodos permite que a didática autoritária em que o professor fala o tempo todo na aula seja, paulatinamente, substituída pela participação mais integrada dos alunos, dando a estes uma maior liberdade de se expressar.

Vale salientar que muitas das crianças quilombolas utilizam-se das formas de trabalho para aprender e para se divertir, uma vez que desde muito cedo esta prática está presente em seus cotidianos.

Numa perspectiva vygotskyana, devemos deixar que este trabalho interceda em favor do aprendizado, já que este será o mediador do conhecimento. Estes permitirão que as crianças quilombolas alcancem os objetivos que estão ligados através das suas tradições étnicas e culturais.

As crianças que vivem nas comunidades quilombolas se divertem e aprendem muito mais quando estão fora da sala de aula, elas são felizes na simplicidade da vida que levam. A escola deve cumprir um papel junto a estes sujeitos, construindo com crianças e adolescentes o reconhecimento de sua identidade étnica, trabalhando sua autoestima e a valorização da sua origem, da cultura, da comunidade e do meio ambiente.

E, finalizando, é necessário que os profissionais da educação, sensibilizem-se e transformem suas didáticas e técnicas em todos os espaços educacionais, visando a implementação da Lei 10.639/03. Mais importante ainda é que essas pessoas se comprometam com a reparação dos danos causados por séculos de negação da cultura afro-brasileira, discriminação e exclusão social, que até a atualidade buscam a preservação de seus costumes e valores tradicionais.

Referências

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 05 de outubro de 1988. 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- FONSECA, Cláudia. Quando cada caso não é um caso: Pesquisa etnográfica em Educação. Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPED, Caxambu, setembro de 1998 p. 58 - 78

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. 29a. ed. S. Paulo: Cortez, 1994

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala apud GUERA, Denise. Redescobrimo Brinquedos Cantados na Africanidade Brasileira in *Revista África e Africanidades*. Ano 2 – nº 5. Maio/2009

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

O'DWYER, Eliane Cantarino. *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Associação Brasileira de Antropologia, 2002.

POIRIER, Marie Pierre. *Por uma Infância sem Racismo*. Correio Brasiliense: 29/04/2010

ROCHA, Ruth. *Este Admirável Mundo Louco*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1986

SILVA, A. C. Da S. A desconstrução da Discriminação no Livro Didático Apud FERNANDES, Alan et. Ali. Uma Proposta para a Adequação da Prática da Educação Física nas Escolas de Ensino Fundamental ds Populações Tradicionais Quilombolas de Alagoas In *Livro de Memória sdo VI Congresso Científico Norte-nordeste*. Fortaleza: CONAFF, 2008 p. 27 - 33

SOARES, Edmara. Do Quilombo à Escola: os efeitos nefastos das violências Sociais Silenciadas. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2008

SURDI, Bernardete Madalena Milani. A Corporiedade no Tempo-Espaço Escolar. In CALLAI, Helena Copetti (org.) *Os Conceitos de Espaço e Tempo na Pesquisa em Educação*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999 p. 83-97